

Vaivém ideológico define

HELENA CHAGAS E VERA MÁRCIA

BRASÍLIA — No dia 28 de abril, a Assembleia Constituinte começou os trabalhos rejeitando todas as tentativas de incluir qualquer referência à distribuição de derivados de petróleo na nova Carta. Foi recusada então a nacionalização do setor, que fora aprovada pela Comissão de Sistematização. Nas horas seguintes, a coisa mudou: dispositivos nacionalizando a exploração de minérios e proibindo novos contratos de risco foram aprovados, já quase ao final da sessão.

As oscilações daquele e de todos os demais dias da Constituinte, se rabiscadas em uma longa folha de papel, conformariam um gráfico semelhante aos produzidos por eletrocardiogramas. Com a diferença de registrar decisões que saltam de um extremo a outro, percorrendo amplíssimo espectro ideológico.

De um lado são encontradas, por exemplo, as emendas que definem a propriedade e a reforma agrária, do agrado dos "conservadores". Do outro, há medidas como a taxaço dos juros bancários, a licença-paternidade e o voto facultativo aos 16 anos, propostas dos "progressistas".

Embora, na opinião de alguns observadores, o "eletrocardiograma" da Constituinte seja marcado pelo equilíbrio, já que a maioria das decisões importantes acabou mesmo sendo consequência de negociações, é possível identificar as oscilações à esquerda e à direita, mesmo quando fruto de entendimentos.

O inciso 1º do artigo 8º do projeto da Sistematização, sobre garantia de emprego contra despedida sem justa causa, seria um acordo típico daqueles cujo centro de equilíbrio foi levemente inclinado para atender aos interesses do Centrão. O grupo conseguiu que fosse regulamentada pela lei ordinária e incluir a indenização, rejeitada pelos sindicalistas.

Já no acordo que definiu empresa nacional, levaram a melhor os "progressistas". O conceito aprovado ficou bem mais à esquerda do que na proposta do Centrão. É que o grupo de centro-esquerda, liderado por Covas, conseguiu isolar as lideranças centristas durante as votações de itens excluídos do entendimento — como a obrigação de o Governo dar tratamento preferencial à empresa nacional nas compras de bens e serviços.

voto do plenário

Pressões e interesses, os ingredientes das decisões

O gráfico das decisões da Constituinte não acusa somente oscilações ideológicas. Nele são ainda registrados os resultados do confronto de interesses regionais ou corporativos e da pressão exercida pelo Governo federal, Governadores e Prefeitos. As principais batalhas articuladas até agora pelo Palácio do Planalto ocorreram a 22 de março, quando foi mantido o sistema presidencialista — por 344 a 212 votos — e, menos de duas horas depois, fixado mandato de cinco anos para os Presidentes da República.

O Governo colheu derrotas, talvez por agir demasiado tarde, no Capítulo da Reforma Tributária, que trará considerável aumento no repasse de recursos da União para Estados e Municípios. Não

pode contar com seus aliados do Centrão: para muitos falaram mais alto os interesses regionais, beneficiários da reforma. A ofensiva do Governo só veio dois dias antes da votação, por intermédio do Secretário da Receita Federal, Reinaldo Mustafa, e do Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Foi, no entanto, insuficiente para motivar os membros do Centrão. Este mesmo Capítulo satisfaz interesses regionais da bancada nordestina, que se mobilizou para aprová-lo. Mas a Constituinte também tomou decisões que atenderam a interesses corporativos. Os advogados — 245 deles parlamentares — não poderão ser punidos por atos e manifestações durante o exercício da profissão.

Enquanto o Centrão garantiu a maioria de suas vitórias, através de cuidadosas mudanças no Regimento Interno e da capacidade de negociação, a Liderança do PMDB teve alegres surpresas no plenário. É o caso de direitos trabalhistas — como a licença-paternidade de oito dias, aprovada por 337 votos contra 67 — e dos dispositivos nacionalizantes.

A decisão sobre a nacionalização da exploração dos recursos minerais, por 343 vozes se rebelavam quando a aliança do partido contrariava seus interesses. Isto ocorreu, por exemplo, na rejeição, por 263 votos a 130, da emenda que propunha criar o Tribunal Constitucional e na aprovação do dispositivo que mantém o papel das Forças Armadas na defesa da ordem interna.

Mas o equilíbrio aparece simbolizado, quase à perfeição, no entendimento que fixou a jornada semanal de trabalho em 44 horas. Nem 40, como queria a esquerda, nem 48, como defendiam os representantes do empresariado.

Divergências até na interpretação

BRASÍLIA — O "eletrocardiograma" da Constituinte também divide os seus intérpretes. Apesar das extremas oscilações do traçado, o jurista Miguel Reale Júnior, Assessor do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, diagnostica um "marcado equilíbrio, com alguns rompantes emocionais e avanços sociais reais". Já o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), do Centrão, constata uma "tendência socializante", que teria contaminado a maioria das votações. Mas José Genoíno (PT-SP) faz análise absolutamente oposta, identificando predominância de sintomas conservadores.

Genoíno cita decisões importantes influenciadas pelo Centrão: reforma agrária, papel das Forças Armadas e conceito de propriedade. Sintomaticamente, a reforma agrária também é lembrada por Bonifácio em reforço de seu diagnóstico:

— Um passo a mais e esta definição acabaria resultando na intervenção do poder público na área rural.

Assim, Bonifácio observa um agra-

vamento da tendência estatizante e concui que, no todo, o "progressismo" predominou.

Reale Júnior lembra as galerias lotadas de jovens e o comovente discurso do Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que garantiram o voto facultativo aos 16 anos, para apontar a existência de "decisões emocionais". Ele acrescenta à relação o clima de sensibilidade na aprovação da licença-paternidade, a nacionalização dos recursos minerais, o tabelamento dos juros e a jornada de trabalho de seis horas. Como pontos de equilíbrio, apontou o direito de greve, a garantia de emprego e a jornada semanal de trabalho de 44 horas.

Os responsáveis pelos momentos qualificados de "rompantes emocionais" reagem, como o Deputado Alcení Guerra (PFL-PR), que, com discurso emocionado, conseguiu aprovar a licença-paternidade por 337 votos a 67:

— Emocionais são eles, que afirmam sobre o que não leram.

08079 0

08079

P: 3

23.05.1988